

O que esperar da política internacional em 2021?

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de janeiro de 2021

O ano que se encerrou demonstrou da forma mais difícil que o inesperado está a nos espreitar, modificando a realidade, interrompendo planos, provocando adaptações, causando perplexidades, trazendo medo e exigindo reação.

Apesar de vários alertas e estudos predizerem a possibilidade e os efeitos potencialmente catastróficos de uma pandemia, ninguém estava prestando atenção nisso e a Covid-19 pegou a todos de surpresa.

Bem, 2021 começou e as surpresas continuaram. Não ultrapassamos ainda a primeira quinzena do ano e o Congresso norte-americano foi invadido por uma turba e o Presidente Trump sofre um inédito segundo processo de impeachment a uma semana de passar o cargo.

Tudo isso demonstra que tentar antecipar acontecimentos é uma tarefa arriscada. Mas, baseados nos indícios disponíveis é possível, pelo menos, selecionar alguns assuntos internacionais sobre os quais devemos concentrar nossa atenção.

[Conheça a lista de livros que recomendo na Amazon!](#)



Nesse cenário, os rumos que serão dados à política externa norte-americana merecem destaque. No governo Biden, espera-se um retorno ao multilateralismo, com o país buscando legitimar suas ações sob o respaldo de entidades como a ONU, OTAN, OMC etc. Mas, para isso, o país terá que reconquistar muito espaço perdido nesses organismos, como o caso da Organização Mundial

de Saúde, claramente sob influência preponderante da China, demonstra.

Aliás, o relacionamento dos EUA com a China deveria ser um foco primordial de atenção. Nesse caso, não se espere grandes modificações no ambiente de confrontação geopolítica, com os EUA tentando conter a crescente influência da China, enquanto os chineses buscam expandir seu poder e prestígio em escala mundial. Um exemplo interessante dessa tentativa de expansão será notada na maior presença de produtos culturais chineses disponíveis para consumo no ocidente, como produções cinematográficas, livros, reportagens e exposições divulgando a cultura do país. Seremos definitivamente apresentados ao *softpower* chinês.

Será, ainda, interessante observar a assertividade de sua política externa e, no campo interno, o completo domínio de Xi Jinping sobre a máquina partidária. É provável que acompanhem o acelerado fim da política *um país dois sistemas*, com Hong Kong tendo cada vez menos autonomia. A independência *de facto* de Taiwan continuará sendo um grande aborrecimento para Beijing, mas também uma oportunidade para o governo estimular o crescente nacionalismo chinês. As questões referentes ao tratamento que o país concede a minoria étnica dos uigures, na província de Xinjiang, e aos tibetanos, certamente aparecerá nos noticiários. As questões fronteiriças com a Índia, que em 2020 levaram a confrontos com mortes de militares que redundaram em uma ainda maior militarização dos dois lados da fronteira, além da expansão chinesa em direção ao Mar do Sul da China, são questões que também possuem o potencial de iniciar crises.

O Irã é outro foco de atenção. Joe Biden declarou, em campanha, que seu governo retornaria ao acordo nuclear de 2015, do qual Trump retirou os EUA em 2018. Entretanto, essa retomada não será simples. A realidade hoje é outra, com as tensões entre os dois países em um nível muito mais elevado, especialmente em razão da morte do general iraniano Qassem

Soleimani, e da recente decisão do país de voltar a enriquecer urânio ao nível de 20%. A realidade geopolítica regional também se modificou: os iranianos rivalizam cada vez mais com árabes e israelenses, tornando quaisquer negociações muito mais complicadas. Aliás, um ataque a algum alvo norte-americano, árabe ou israelense, por iranianos ou seus *proxies*, em vingança pela morte de Soleimani, não seria uma surpresa em 2021.

As mudanças climáticas também se manterão no foco em 2021, com repercussões para a pauta ambiental. As pressões da comunidade internacional e da opinião pública, especialmente sobre países em desenvolvimento como o Brasil, se manterão. O derretimento do Oceano Ártico intensificará a disputa geopolítica naquela área, em razão da crescente utilização comercial e militar das rotas marítimas naquele oceano. 2020 foi o ano em que foi batido o recorde de viagens atravessando a Rota Norte, que encurta consideravelmente as distâncias entre o norte da Europa e o Oceano Pacífico. A Rússia, em razão disto, voltou suas atenções para o Ártico.

Mas a atenção dos russos não estará voltada somente para o Norte. Espera-se a continuidade de sua atuação na África e na Síria, além do leste da Europa, Cáucaso e Ásia Central. Putin manterá sua política externa voltada para reconstruir o que ele considera ter sido perdido com o desmoronamento da antiga União Soviética. Para isso o país manterá sua forte atuação também no ambiente cibernético. Em 2021 veremos muitos casos de ataques cibernéticos a empresas e governos do ocidente, que serão atribuídos a "hackers russos".

Muitos outros pontos de atenção poderiam ser levantados: a Coreia do Norte e seus lançamentos provocativos de mísseis; o *Brexit* e suas consequências para o Reino Unido e a Europa; a crise venezuelana a afetar o cenário sul-americano; e, finalmente, o desenlace da crise mundial da Covid-19 e a efetividade das vacinas, com todas as suas repercussões sociais e políticas.

Não vai faltar assunto em 2021.

Você conhece o livro A ARTE DA GUERRA, de Sun Tzu?

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de janeiro de 2021

O autor de “Arte da Guerra” na verdade se chamava Sun Wu. “Tzu”, ou “Zi”, como é mais comumente chamado na China, significa algo como “Mestre” ou “Venerável”. Logo, Sun Tzu significa “O Mestre Sun”.

Ele nasceu na cidade de Lean (hoje Huimin, província de Shandong), por volta de 550 AC, na província de Qi, mas veio a tornar-se General do estado de Wu.



A Batalha de Boju, em 506 AC, ficou conhecida como a mais importante vitória em combate dentre as obtidas por Sun Tzu.0

Estado de Wu estava em guerra contra o Estado de Chu. Sun Tzu assumiu o comando das tropas após impressionar o Rei He Lu com seu conhecimento militar e seu tratado, sobre a Arte da Guerra.

A Arte da Guerra é uma obra-prima do pensamento militar. Sua importância transcendeu o tempo, tornando-se um clássico obrigatório, não só para militares, mas para todos que se interessam por estratégia, no ocidente e no oriente.

O livro está estruturado em treze capítulos:

1. Estabelecendo planos
2. Em combate
3. A Estratégia de ataque
4. Disposições táticas
5. O uso da energia
6. Pontos fortes e fracos
7. Manobrando
8. Variações táticas
9. Em marcha
10. Terreno
11. As nove situações
12. O ataque com fogo
13. O uso de espiões

A obra pode ser dividida em duas partes. Nos seis primeiros capítulos, de “Estabelecendo planos” até “Pontos fortes e fracos”, o autor aborda principalmente aspectos do nível estratégico, enfatizando a tomada de decisão, a análise da estratégia adotada pelo inimigo e cálculos de poder de combate. Nos sete capítulos seguintes, a análise vai ao nível tático, com aspectos relacionados à ofensiva, à defensivas e ao resultado dos combates.

Logo na primeira frase primeiro capítulo, “Estabelecendo planos”, Sun Tzu alerta para a importância capital da guerra para o Estado.

A Arte da Guerra é de vital importância para o Estado. É questão de vida ou morte, uma estrada tanto para a segurança quanto para a ruína. Portanto, é um tema de estudos que não pode, de forma nenhuma, ser negligenciado.

Sun Tzu. A Arte da Guerra/Cap 1

Ainda no primeiro capítulo, são listados cinco fatores que devem ser sempre levados em consideração na tomada das decisões: a lei moral, o céu, a terra, o comandante e o método e a disciplina.

Pela lei moral, segundo Sun Tzu, os governados seguiriam seu soberano, à despeito do risco de suas vidas, em uma guerra. O soberano, para tanto, deveria reunir os predicados morais para conquistar essa confiança, sendo sábio, sensato, honesto e justo.

O céu dizia respeito ao clima, à hora da batalha, à estação do ano.

A terra está relacionada ao terreno, às distâncias, às passagens largas ou estreitas, aos campos fechados ou abertos.

O comandante deveria ser avaliado por sua sabedoria, honradez, habilidades guerreiras, confiança, benevolência, severidade e justiça.

O método e a disciplina se referem à organização do exército e seu preparo logístico.

Assim, Sun Tzu traça princípios basilares que, se atendidos, levariam os exércitos à vitória.

No encerramento do capítulo, Sun Tzu dá ênfase ao logro.

Todas as guerras são baseadas no logro. Portanto, quando capazes de atacar, devemos parecer incapazes, ao usarmos as nossas forças, devemos parecer inativos, quando estivermos

próximos, devemos parecer distantes e quando distantes, devemos parecer próximos.

Sun Tzu. A Arte da Guerra/Cap 1

[Conheça o curso Guerra na Ucrânia!](#)



No segundo capítulo, Sun Tzu alerta para as campanhas prolongadas que acabam por exaurir os recursos do Estado. O que realmente importa na guerra, é uma rápida vitória, e não campanhas prolongadas. Assim, a principal ideia do primeiro capítulo é a importância de um planejamento detalhado, que considere fatores fundamentais para uma boa decisão, que sempre deverá ser implementada com a máxima utilização da dissimulação, do logro, do engano.

[Sugestão de leitura – clique aqui e compre na Amazon](#)



Adaptação e prefácio de James Clavell

No terceiro capítulo, Sun Tzu trata das estratégias ofensivas. É neste capítulo que se encontra a famosa frase de que *“lutar e vencer todas as batalhas não é a excelência suprema; a excelência suprema é quebrar a resistência do inimigo sem lutar”*.

Para Sun Tzu, o General habilidoso é aquele que sabe o momento de lutar e o de não lutar. Aquele que souber manipular suas forças, sendo inferiores ou superiores em número. Aquele cujo exército, estando preparado, souber esperar o momento em que o inimigo estiver despreparado.

Para isso, o deverá conhecer muito bem o seu exército e o exército inimigo.

Se conheceres o inimigo e a ti mesmo, não temas o resultado de cem batalhas. Se conheceres a ti mesmo, mas não ao inimigo, para cada vitória, terás uma derrota. Se não conheceres nem a ti mesmo, nem ao inimigo, sucumbirás a todas as batalhas.

Sun Tzu. A Arte da Guerra/Cap 3

No capítulo 4, Sun Tzu assevera que o guerreiro habilidoso,

primeiro coloca-se em posição de não ser derrotado, para só então aguardar a oportunidade de derrotar o inimigo.

O grande guerreiro, também, não apenas vence; mas vence com facilidade. Isso acontece porque ele não comete erros e também por colocar-se em uma posição que torna a derrota impossível.

Como se vê, neste capítulo, mais uma vez Sun Tzu enfatiza a importância de um planejamento minucioso, que explore as vulnerabilidades do inimigo e respeite o momento certo de se fazer a guerra.

A ideia principal do capítulo 5 é a utilização máxima da força do exército, atacando o inimigo da forma mais eficiente possível. Sun Tzu utiliza a figura de uma pedra lançada contra um ovo para caracterizar o emprego correto da massa de um exército contra um ponto vazio ou mal defendido pelo inimigo.

Sun Tzu fala no emprego de dois tipos de tropas, as regulares (Zheng), e as extraordinárias (Qi). Essas duas devem ser empregadas em combinação, de múltiplas formas, com flexibilidade, para se alcançar a vitória. As forças regulares serão necessárias para engajar-se nas batalhas, mas as extraordinárias, para assegurar a vitória. As táticas utilizadas pelas forças extraordinárias são aquelas surpreendentes e singulares. As táticas das forças regulares são as habituais.

No capítulo 6, Sun Tzu explora a importância de se obter vantagem sobre o inimigo. Esta vantagem é obtida pela surpresa, pela velocidade, pelo sigilo.

Táticas militares são como águas que fluem, pois a água em seu curso natural precipita-se dos locais altos para os baixos. Do mesmo modo, na guerra, o caminho é evitar o forte e atacar o que é fraco. A água molda seu curso de acordo com o solo sobre o qual ela flui. Do mesmo modo, o soldado realiza sua vitória de acordo com o inimigo que está enfrentando.

Sun Tzu. A Arte da Guerra/Cap 6

Assim como a água não possui forma constante, na guerra não existem condições constantes. O bom capitão é aquele que consegue modificar suas táticas de acordo com cada oponente, obtendo assim a vitória.

A partir do capítulo 7, Sun Tzu passa a fazer considerações de um nível mais tático que estratégico. Volta a enfatizar a importância da dissimulação e do sigilo. Também enfatiza a importância das manobras desbordantes e envolventes.

Fala da dificuldade de comunicação na confusão da batalha, ressaltando a importância do uso de bandeirolas, estandartes e tambores, como instrumentos de transmissão de ordens. Nesse sentido fica clara a preocupação com o que modernamente se considera o Comando e Controle.

Lista uma série de recomendações táticas, como nunca atacar estando seu exército em parte mais baixa do terreno, com o inimigo no alto, ou nunca cercar completamente um inimigo, deixando uma rota de fuga para evitar pressionar demais um inimigo desesperado.

As recomendações eminentemente táticas continuam no capítulo 8. O Comandante deve executar seu planejamento após um minucioso estudo do terreno e do inimigo.

A arte da guerra nos ensina a não confiar na possibilidade de que o inimigo não venha, mas na nossa prontidão para recebê-lo; não na possibilidade de que ele não ataque, mas no fato de que fazemos nossa posição inexpugnável.

Sun Tzu. A Arte da Guerra/Cap 8

Nos capítulos 9, 10 e 11, Sun Tzu continua tratando de aspectos táticos. Trata da utilização do terreno em marchas e nos acampamentos. Explica como ler os indícios das próximas

ações a serem executadas pelo inimigo. Sun Tzu lista 5 erros que podem arruinar um general: a imprudência, que o leva à destruição; a covardia, que o leva a captura; um temperamento irritadiço, que pode ser estimulado por insultos; a de se possuir um sentido de honra muito sensível, que o deixará suscetível à armadilha dos insultos; a de se preocupar demasiadamente com seus homens, que o fará sucumbir a preocupações e problemas.

Trata também das qualidades e defeitos dos generais, com lições de liderança. Afirma que o general que avança sem cobiçar a fama e retrocede sem temer a desonra, cujo pensamento é apenas proteger a sua terra e prestar bom serviço a seu soberano, é a “joia do reino”.

Considera teus soldados como teus filhos e eles te seguirão até o mais profundo dos vales; cuida deles como teus próprios amados filhos e eles estarão a teu lado, até mesmo para a morte. Se, no entanto, fores indulgente, mas incapaz de fazeres sentida tua autoridade, bondoso, mas incapaz de fazer cumprir teus comandos e, ademais, incapaz de reprimires a desordem, então, teus soldados devem ser comparados a crianças mimadas. Eles são inúteis para quaisquer propósitos práticos.

Sun Tzu. A Arte da Guerra/Cap 10

Por fim, lista nove tipos de terrenos onde pode haver combate, tratando de como deve se desenvolver o combate em cada um deles.

Nos capítulos 12 e 13, Sun Tzu trata de dois tópicos especiais. Como utilizar o fogo nas ofensivas e como empregar os espiões.

A Arte da Guerra é um livro espetacular, que merece uma leitura reflexiva. Não só por sua incrível abrangência, ao tratar de aspectos estratégicos e táticos, como por sua

incrível atualidade, mesmo passados 2,5 mil anos de sua redação.

Ao fazer sua leitura, entretanto, há que se estar atento à tradução realizada. Via de regra, as traduções são feitas do chinês para o inglês e deste, para os demais idiomas, o que pode resultar em interpretações bem distintas da original. A língua chinesa é extremamente concisa. Diferentemente do pensador ocidental, o pensador chinês não defende discursivamente suas ideias. Assim, o pensamento de Sun Tzu foi interpretado ao longo dos séculos, por uma tradição tipicamente chinesa de comentaristas. Dessa forma, cabe ao leitor fazer sua interpretação do que foi escrito. Isso é tão importante quanto o que está redigido literalmente.

[Se você gosta do nosso trabalho, considere colaborar com o blog. Acesse \[www.paulofilho.net.br/apoieoblog\]\(http://www.paulofilho.net.br/apoieoblog\)](http://www.paulofilho.net.br/apoieoblog)



UM ANO INTENSO NO ORIENTE MÉDIO

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de janeiro de 2021

O ano de 2020 ficará marcado no Oriente Médio por uma série de acontecimentos capazes de modificar o equilíbrio de forças na região, com reflexos em todo o sistema internacional.

Primeiro, recorde-se que logo no terceiro dia do ano Qassim Suleimani, poderoso comandante da Guarda Revolucionária do Irã e número 2 do regime xiita, foi eliminado numa ação militar norte-americana. O ataque de mísseis foi efetivado por uma aeronave remotamente pilotada, um drone, o MQ-9 Reaper, numa amostra da importância militar que esse armamento iria ainda demonstrar ao longo do ano, notadamente no conflito entre a Armênia e o Azerbaijão. Mas essa é outra história.

O ataque que matou Qassim Suleimani foi o ápice de uma escalada de tensões entre os dois países, que se desenrolaram ao longo dos dois anos anteriores. Em 2018, os Estados Unidos retiraram-se do Joint Comprehensive Plan of Action (JCPA), acordo assinado em 2015 com o Irã, a Rússia, a China, o Reino Unido, a França e a Alemanha, sob a alegação de que os iranianos desrespeitavam os termos do acordo que havia sido celebrado justamente para regular a atividade nuclear iraniana. A partir de então os Estados Unidos intensificaram suas sanções econômicas contra o Irã, que, em retaliação, promoveu uma escalada das tensões no Golfo Pérsico, com uma série de ações militares de pequeno porte contra navios petroleiros de diferentes nacionalidades que passavam pelo Estreito de Ormuz e com ataques e ações de sabotagem contra alvos árabes e norte-americanos no Oriente Médio.

Em agosto e setembro os israelenses normalizaram as relações diplomáticas com os Emirados Árabes Unidos e com o Bahrein, por meio dos chamados Acordos de Abraão, para grande frustração dos palestinos. Assim, os dois países se juntaram ao Egito e à Jordânia, compondo um grupo de nações árabes que formalmente aceitam a presença de Israel como um igual no sistema internacional.

Esse movimento em prol da paz entre árabes e israelenses, que já foram à guerra em quatro oportunidades entre 1948 e 1973, foi uma vitória para a política externa norte-americana, uma

vez que isola os iranianos, que veem os países do Golfo se aproximarem de seus inimigos israelenses. Mas, evidentemente, beneficia mutuamente tanto os países árabes quanto Israel.

As vantagens para os Emirados Árabes Unidos e o Bahrein se concentram principalmente nas trocas comerciais e nas relações diplomáticas. Mas para a Arábia Saudita as vantagens vão muito além. São um xeque no xadrez geopolítico regional. Ao se aproximarem de Israel, os árabes passam a contar com um poderoso aliado regional contra o Irã, país com quem disputam a posição de liderança dentre os países islâmicos e contra os quais esse país atualmente trava uma guerra por procuração no Iêmen. Israel, por sua vez, sai de um isolamento regional que persiste há décadas, isola os palestinos e ganha aliados contra o inimigo Irã, além de novas oportunidades comerciais e mercados.

No último dia 22 de novembro, um domingo, mais um movimento de aproximação entre árabes e israelenses surpreendeu a região e o mundo. O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, encontrou-se secretamente com o príncipe herdeiro e atual homem forte da Arábia Saudita, Mohammad bin Salman. O encontro não foi confirmado por nenhum dos participantes, mas o pouco esforço para escondê-lo denota claramente a intenção de que ele se tornasse público.

Nos dias seguintes, 23 e 25 de novembro, a milícia houthi do Iêmen – facção apoiada pelo Irã na guerra civil daquele país – realizou ataques contra dois alvos na cidade costeira saudita de Jidá: um ataque com mísseis Quds-2 contra instalações da petroleira Aramco e outro que teve como alvo um petroleiro grego que carregava num terminal da mesma empresa.

Até que, na sexta-feira, dia 27, o principal cientista nuclear iraniano, Mohsen Fakhrizadeh, foi emboscado e morto na cidade de Absard, 70 km a leste de Teerã, mesmo estando acompanhado por vários guarda-costas. Imediatamente os iranianos acusaram israelenses e norte-americanos de serem os responsáveis pelo

assassinato. Mohsen Fakhrizadeh era uma espécie de símbolo do programa nuclear iraniano. Apesar disso, é pouco provável que o assassinato de um único cientista tenha efeito significativo em retardar um programa que já está em andamento há vários anos.

Mas uma retaliação iraniana já foi anunciada e pode ser esperada. Ela poderá vir por intermédio de seus *proxies*, as milícias houthis ou o Hezbollah, em ações no Golfo Pérsico ou mesmo em atentados contra alvos israelenses ou norte-americanos em outras partes do mundo.

O próximo ano será definidor para os rumos geopolíticos do Oriente Médio. Israel, Arábia Saudita e Irã estarão muito atentos ao novo governo norte-americano, que prometeu na campanha eleitoral retornar ao JCPA. Esse movimento será decisivo para uma aproximação definitiva entre a Arábia Saudita e Israel, contra o Irã. No Golfo Pérsico, é provável que 2020 não termine em 31 de dezembro...

A visão da OTAN para 2030

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de janeiro de 2021

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), mais poderosa aliança militar da história, acaba de publicar um documento[\[1\]](#) com análises e recomendações elaboradas por um Grupo de Trabalho designado especialmente para essa tarefa pelo Secretário Geral da Organização.

Ao grupo, foi solicitado que se dedicasse a encontrar formas de aumentar a unidade, coesão, solidariedade e coordenação entre os países-membros da Aliança. Além disso, o grupo também

deveria buscar maneiras de reforçar o papel político da organização, além de indicar instrumentos para enfrentar as ameaças atuais e futuras, tudo isso tendo o ano de 2030 como horizonte temporal.

De início, o relatório diagnostica que o ambiente estratégico atual é caracterizado pelo retorno à rivalidade sistêmica, com a Rússia apontada como persistentemente agressiva e a China, como potência emergente. O ambiente ainda é marcado pelo surgimento acelerado de tecnologias disruptivas e pela elevação de ameaças e riscos transnacionais de toda a ordem.

O retorno à competição geopolítica é definido como sendo a principal característica do ambiente internacional de segurança. A Rússia é mantida no posto de principal ameaça à OTAN. O país é acusado de continuada agressão à Ucrânia e à Geórgia, ao mesmo tempo em que se volta para o Atlântico Norte e para o Oceano Ártico. Além disso, os russos estariam ampliando suas ações de guerra híbrida, com o objetivo de atuar no interior dos países da Aliança, para dividi-los e erodir sua coesão social. Os russos são ainda acusados de usar *proxies* e mercenários para atuarem em defesa de seus interesses em países do Norte da África e Oriente Médio.

Em relação à China, o documento aponta que sua maior assertividade constitui um desafio bastante diferente daquele representado pela Rússia. Embora os chineses não sejam considerados, no presente, uma ameaça militar direta à área Euro-atlântica, sua agenda internacional se apoia cada vez mais em seu peso econômico e crescente poderio militar. Isso indicaria que, em breve, os interesses chineses poderão colidir com os dos países da Aliança. Sua estratégia de fusão civil-militar presente no desenvolvimento tecnológico nas áreas nuclear, naval e de mísseis, para dar alguns exemplos, é um fator complicador, como demonstra a disputa que a China trava com países europeus na tecnologia de internet de 5ª geração.

O terrorismo tem sido, e permanecerá sendo, uma das ameaças mais imediatas aos países da Aliança e aos seus cidadãos. Embora o combate ao grupo Estado Islâmico tenha sido exitoso ao reduzir a capacidade de atuação daquele grupo, que vinha se constituindo na principal origem das ameaças terroristas, outros atores não-estatais motivados por extremismos religiosos ou políticos permanecem atuando.

Nos próximos dez anos, as tecnologias disruptivas representarão, tanto oportunidades, quanto ameaças à segurança dos países aliados e de suas populações. Essas tecnologias mudarão a natureza da guerra, possibilitando, por exemplo, ataques com mísseis hipersônicos e operações de natureza híbrida ainda mais efetivas. A guerra estará cada vez mais presente no domínio espacial.

Sempre segundo as conclusões do relatório, mudanças climáticas poderão acelerar a escassez de recursos e gerar insegurança alimentar. Maiores efetivos populacionais sofrerão com a falta de água. Os níveis dos oceanos poderão se elevar. Tudo isso poderá aumentar ainda mais os fluxos de migrantes e refugiados em direção aos países da OTAN. O derretimento da calota polar ártica aumentará as disputas geopolíticas pelo controle das rotas marítimas comerciais que passarão a ser viáveis no Norte.

Para enfrentar essa realidade, o documento faz 138 recomendações. Dentre essas, podemos citar a proposição de que a OTAN mantenha, em relação à Rússia, uma dupla abordagem, ao mesmo tempo dissuasória e aberta ao diálogo. No que se refere à China, os aliados devem dedicar muito mais recursos, tempo e ações para fazer face aos desafios de segurança impostos pelo gigante asiático.

Para o enfrentamento do terrorismo a Aliança deve prover recursos adequados ao fortalecimento dos sistemas de segurança cibernética e de defesa contra ameaças híbridas.

Quanto ao armamento nuclear, ao mesmo tempo em que o relatório aponta a necessidade do fortalecimento do controle desse tipo de arsenal, indica que a dissuasão nuclear deve ser mantida.

Outra recomendação relevante do documento é a de se criar um centro de excelência em segurança climática. As ameaças não militares à segurança, tais como as oferecidas pelo clima, mas também de outros tipos, como as pandêmicas, devem receber maior atenção da organização.

Enfim, o documento alerta os países membros da Aliança acerca dos muitos, variados e complexos riscos que se apresentam no curto espaço de tempo que nos separa de 2030. Mais uma vez os estrategistas alertam para o ambiente volátil, incerto, complexo e ambíguo que caracteriza o atual momento do Sistema Internacional.

Para nós, que estamos aqui na América do Sul, a leitura do documento é interessante não somente pela análise de cenário e pelas conclusões, mas também por desnudar a maneira de pensar dos formuladores das estratégias da Aliança. Quando 2030 chegar, é provável que nem todas as previsões se confirmem. Mas há uma boa possibilidade de que algumas já tenham se tornado realidade. Como seremos afetados? Estaremos prontos? São boas perguntas, para as quais não se deve ter necessariamente respostas. O importante é que, acompanhando cenários como os descritos no documento da OTAN, sejamos capazes de conhecer melhor as ameaças e nos preparemos adequadamente para as múltiplas possibilidades que o século XXI nos reserva.

[1] Disponível em <https://paulofilho.net.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-OTAN.pdf>

Relatório da OTAN 2030 - ANÁLISES E RECOMENDAÇÕES

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de janeiro de 2021

O Relatório OTAN 2030 lança um olhar sobre os próximos 10 anos da aliança militar. O documento recomenda mudanças significativas afim de enfrentar os novos desafios de uma Rússia agressiva e de uma China em ascensão, recomendando revisões para fortalecer a coesão da aliança e para melhorar a coordenação com aliados democráticos em todo o mundo.

Clique no link:

[Relatorio OTAN](#)

Documento OS ELEMENTOS DO DESAFIO CHINÊS

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de janeiro de 2021

O Departamento de Estado norte-americano acaba de divulgar um documento no qual detalha, desde o ponto de vista dos EUA, o desafio que a China oferece aos EUA na disputa cada vez maior entre as duas potências. Merece ser lido.

Clique no link:

[Os Elementos do desafio chinês](#)

FIM DA GUERRA (por enquanto) EM NAGORNO KARABAKH

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de janeiro de 2021

Armênia e Azerbaijão assinaram, no último dia 10 de novembro, um acordo para cessar as ações militares e pôr fim a este capítulo do conflito que envolve os dois países já há duas décadas.

Com a intermediação do presidente russo Vladimir Putin, o Primeiro-Ministro da Armênia, Nikol Pashinyan, e o Presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, concordaram em congelar a situação tal como ela se encontrava no dia 10 de novembro; ou seja, os avanços de tropas cessariam e a posse das regiões de Nagorno-Karabakh passariam a ser das tropas que controlassem o território naquela data.

Além disso, ficou acordado que os armênios deverão se retirar de sete províncias em território azerbaijano, as quais estavam controladas pelos armênios desde a guerra de 1991-94, e que tropas russas – em torno de dois mil homens – seriam desdobradas na região para separar os lados em conflito e garantir os termos do acordo.

O mapa abaixo facilita o entendimento do tratado.



Mapa adaptado pelo autor com base no existente em <https://www.dhakatribune.com/>

Em verde, no mapa, pode-se observar a área retomada pelas forças do Azerbaijão, que em uma manobra estratégica de flanco, pelo o Sul, conseguiram conquistar a cidade de Shusha, importantíssima do ponto de vista estratégico, uma vez que domina o corredor de Lachin, por onde os armênios abasteciam Nagorno-Karabakh com toda a sorte de suprimentos. Ao Norte, em terreno montanhoso e de progressão muito mais difícil, os ganhos territoriais azerbaijanos foram muito menores.

Foi uma vitória militar do Azerbaijão, sem dúvidas. Mas não uma vitória completa, visto que 2/3 do território de Nagorno-Karabakh permanecem sob controle da minoria armênia. Por alguma razão ainda não totalmente clara, os azerbaijanos não prosseguiram para a conquista da cidade de Stepankert, mais importante de toda a região, a apenas 11 quilômetros de Shusha. Certamente, esse prosseguimento estava no planejamento operacional, porque seria o natural objetivo para o aproveitamento do êxito decorrente da conquista de Shusha.

Especula-se que a derrubada acidental, pela artilharia antiaérea do Azerbaijão, de um helicóptero russo sobre território armênio, no mesmo dia da conquista de Shusha, com a morte da tripulação, tenha desencadeado uma resposta mais assertiva dos russos no sentido de que poderiam entrar ao lado da Armênia se o conflito não fosse imediatamente interrompido.

De qualquer forma, o Azerbaijão comemora uma vitória pelas armas, que resulta no retorno à sua soberania de áreas de seu território perdidas na guerra de 1991/94 e que, por quase trinta anos, tentou recuperar por vias diplomáticas, sem sucesso. Isso aconteceu, em grande parte, por uma conjunção de fatores.

O primeiro deles foi o apoio decisivo da Turquia, tanto em recursos materiais quanto diplomáticos. Além disso, suspeita-se do envio pelos turcos de combatentes, recrutados na Síria para lutar ao lado das tropas azeris.

O segundo aspecto foi a neutralidade russa. A Armênia sempre contou com o apoio russo, com quem possui um acordo militar de segurança mútua, para dissuadir o Azerbaijão de uma aventura militar. Entretanto, desde que o Primeiro-Ministro Nikol Pashinyan assumiu o governo da Armênia, em 2018, o país adotou uma postura pró-ocidente, de aproximação da Europa, que contrariou os interesses russos. A neutralidade foi uma maneira bastante clara de a Rússia manifestar sua insatisfação.

O terceiro aspecto foi a inação dos EUA e da Europa. Enquanto os norte-americanos estavam totalmente concentrados em seu processo político interno de eleições presidenciais, os europeus mantinham-se completamente incapazes de atuar como um bloco coeso e permaneceram hesitantes em intrometer-se em problemas na área de influência russa.



Dada a conjunção de fatores acima, o Azerbaijão se sentiu à vontade para atuar militarmente, colocando em prática a máxima clausewitzniana de que a guerra é a continuação da política por outros meios.

Mas essa guerra travada no Cáucaso serve de alerta para uma realidade que poderá ser observada em outras partes do mundo. A emergência de uma ordem global multipolar, ao mesmo tempo em que há um enfraquecimento dos organismos multilaterais, multiplica os riscos de conflitos. Novas potências globais ou mesmo potências regionais em ascensão passam a ter seus interesses político-ideológicos, militares e econômicos ampliados e encontram a liberdade para agir que antes lhes era negada pelos freios que eram impostos pelas potências hegemônicas ou pelos organismos internacionais.

[Conheça o curso Guerra na Ucrânia](#)



Assim, é possível se observar interesses dos EUA e da China colidirem na Ásia, na África e mesmo na América do Sul. Disputas também ocorrem entre turcos e russos no Cáucaso, na Síria e na Líbia. Diversos outros exemplos podem ser encontrados em outros locais, com outros atores, como na região da Caxemira, do Mar do Sul da China, Península da Coreia, Mar da China Oriental, Norte da África, Oriente Médio, Região do Magreb africano, Leste Europeu, Norte da América do Sul e Caribe, e Chifre da África, dentre outros.

Como se vê, a ordem multipolar que caracteriza o início do século 21 é notadamente mais instável e fomentadora de disputas. Por isso mesmo, ela exige o aperfeiçoamento de instâncias internacionais capazes de resolver pacificamente as controvérsias entre diferentes Estados e povos. No conflito de Nagorno-Karabakh tais instâncias falharam completamente.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

OS PLANOS CHINESES PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de janeiro de 2021

O Partido Comunista Chinês acaba de reunir seu Comitê Central em sessão plenária. Os principais objetivos foram avaliar os resultados alcançados ao término do período abrangido pelo 13º Plano Quinquenal (2016-2020) e discutir as propostas que constarão do 14º plano, para o período de 2021 a 2025, além de metas para um prazo mais longo, até 2035.

A análise do que foi divulgado até aqui ([comunicado oficial](#)) oferece uma boa pista de como os dirigentes do país asiático planejam suas ações para os próximos anos, além de indicar quais são suas expectativas em relação ao contexto internacional no qual a China estará inserida. Mais do que isso, a leitura atenta das entrelinhas do plano permite uma compreensão ainda melhor acerca do atual momento do regime comunista chinês.

A reunião mais uma vez ratificou o controle total que o Presidente Xi Jinping exerce sobre o partido e, conseqüentemente, sobre todo o governo chinês, sem qualquer margem para dissenso. Referências às suas estratégias, liderança, doutrina e política estão espalhadas por todo o documento, extravasando sua onipresença na vida política chinesa. Assim, parece que seu caminho para um terceiro mandato a partir de 2022 está praticamente assegurado.

Como era de se esperar, o comitê reconhece os avanços que ocorreram durante a vigência do 13º Plano. O país teria atingido o objetivo para 2020 de tornar-se “uma sociedade moderadamente próspera”. Espera-se que o país atinja, ao final deste ano, um PIB de 100 trilhões de yuans, o equivalente a 14,3 trilhões de dólares, um valor consideravelmente acima do

previsto inicialmente. De acordo com os dados oficiais do país, 55,75 milhões de pessoas teriam sido retiradas da pobreza, e 60 milhões de empregos urbanos teriam sido criados.

Mas o país – como todo o mundo – vive um momento desafiador. Em 2020, a economia chinesa deverá crescer por volta de 2%. Apesar de estar no azul, diferentemente da grande maioria dos países no ano da pandemia, é um crescimento bem menor do que o previsto, que estava na casa dos 6%.

E essa situação é reconhecida no documento, que atribui ao momento atual “profundas e complexas mudanças [...] em um ambiente internacional complexo, onde a instabilidade e a incerteza aumentaram significativamente.”

Para fazer face a essa conjuntura, o plano sugere algumas medidas que protejam o país de instabilidades externas, tais como o fortalecimento do mercado interno, ancorado pela previsão do aumento da classe média de 400 milhões de pessoas para cerca de 700 milhões em 2025. Ao mesmo tempo, enfatiza a necessidade de que o desenvolvimento do país se dê com base na inovação tecnológica autóctone, garantindo-se que o país seja autossuficiente em tecnologias-chave, como nas áreas de inteligência artificial, informação quântica, circuitos integrados e semicondutores, por exemplo, onde o gap tecnológico em relação aos EUA ainda não foi superado.

Mas o documento não indica que a China se voltará para si mesma. Pelo contrário, insiste na ideia de uma ampla abertura para o mundo exterior, com um modelo de cooperação em que todos os parceiros saiam ganhando, com ênfase na iniciativa One Belt, One Road.

No campo militar, o documento é incisivo na decisão de se acelerar o desenvolvimento de sistemas e materiais de emprego militar modernos e de tecnologia avançada. Prevê, para os próximos 5 anos, o início da operação do primeiro bombardeiro estratégico de longo alcance com tecnologia furtiva (stealth),

que os torna invisíveis aos radares, e do terceiro porta-aviões de fabricação própria, o primeiro com o moderno sistema de catapultas eletromagnéticas. A mecanização e modernização do exército é outro ponto destacado no plano, que lembra que em 2027 o Exército de Libertação Popular completará cem anos, data que deverá ser comemorada com o atingimento dos objetivos traçados para o centenário, quais sejam, os de ter a capacidade de defender a soberania chinesa no próprio território e no Pacífico ocidental, bem como defender os interesses crescentes do país no exterior. A reunificação total do território chinês e a estabilidade de Macau e Hong Kong, aspectos bastante sensíveis, também são objetivos a serem perseguidos no futuro demarcado pelo plano quinquenal.

É evidente que este tipo de documento deve ser lido com todas as cautelas, se o objetivo é uma análise isenta. Mas não há dúvidas que ele delinea, tanto pelo que está escrito, quanto por suas omissões, a mensagem que o Comitê Central do PCC deseja passar para o público interno do país e para os observadores externos. E a mensagem é a de uma liderança centralizada e unificada no Comitê Central, tendo Xi Jinping como figura central, firmemente decidida a implementar suas políticas e perseguir seus objetivos.

É possível que, em um futuro não muito distante, os objetivos chineses colidam de maneira irreconciliável com os de vizinhos ou de outras potências. Isso se dará em espaços geográficos claramente definidos, como o Mar do Sul da China, Hong Kong ou Taiwan, ou em disputas comerciais e tecnológicas, como é o caso que envolve a tecnologia de internet 5G. O lado chinês da disputa, como se vê, já tem uma estratégia claramente definida para enfrentar o futuro que os aguarda. Resta saber se os possíveis adversários ou concorrentes já traçaram as suas.

A FRANÇA EM LUTO

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de janeiro de 2021

A morte do professor francês Samuel Paty, decapitado por Abdullakh Anzorov, refugiado de origem russa/chechena de 18 anos de idade, no último dia 16 de outubro, em Conflans-Sainte-Honorine, nas proximidades de Paris, chocou os franceses e a comunidade internacional. O assassino, morto pela polícia, deixou gravada em áudio a explicação do assassinato. O professor teria desrespeitado Maomé ao mostrar caricaturas (publicadas na revista *Charlie Hebdo*) do profeta aos seus alunos, em sala de aula.

O assassinato é apenas o mais recente de uma série de atentados terroristas na França, que se intensificaram a partir de 2012 e são feitos com alguma regularidade desde então, vitimando fatalmente até agora cerca de 260 pessoas. O ponto comum que une todos esses atentados é que eles foram perpetrados por terroristas que se apresentam como islâmicos.

As causas do terrorismo e a melhor maneira de evitá-lo estão em debate no país. A França é a nação da Europa ocidental que abriga a maior comunidade islâmica. São cerca de 6 milhões de pessoas, um pouco menos de 10% da população. Estima-se que metade desse contingente seja nascida na França ou naturalizada francesa. A integração desses cidadãos ao restante da sociedade francesa, que de maneira geral se orgulha do secularismo e da laicidade da República, não está ocorrendo de forma fácil.

Um exemplo do estranhamento é a polêmica que envolve a proibição do uso dos diversos tipos de véus islâmicos pelas mulheres. A pandemia, aliás, criou uma situação, no mínimo,

inusitada. Simultaneamente, duas normas vigoraram. A primeira, existente desde 2010, proíbe o uso de véu no metrô, enquanto a segunda, de maio deste ano, obriga ao uso de máscaras na utilização desse transporte público. É evidente que a aparente contradição entre as normas é explorada pela comunidade islâmica, que considera a proibição do véu uma demonstração de islamofobia.

As divergências quanto a como enfrentar o terrorismo são bem representadas pelo debate entre dois influentes pensadores, onipresentes na mídia daquele país: Gilles Kepel e Olivier Roy. Para o primeiro, a “radicalização do islã” seria o problema. Para o segundo, o que acontece é uma “islamização do radicalismo”. Assim, a depender do analista, a raiz do problema seria, sob o primeiro ponto de vista, o islã radical. Sob o segundo ponto de vista, a radicalização apresenta-se em setores da sociedade francesa.

Kepel tem defendido o ponto de vista de que nos bairros populares dos subúrbios de Paris e de outras cidades francesas se criou um ambiente em que escolas, creches, comércio, enfim, todo o espaço de convivência funciona conforme os costumes islâmicos. Nesse ambiente, jovens muçulmanos estariam expostos e acostumados a uma “atmosfera jihadista”, multiplicada e espalhada também pela internet. Assim, ao deparar-se com o laicismo do restante da sociedade francesa, haveria um choque cultural/religioso insuportável para os muçulmanos radicalizados, que partiriam para os atentados terroristas.

Já Roy entende que o problema tem origem diferente. Ele considera que a radicalização se dá em curto espaço de tempo, especialmente entre imigrantes de segunda geração, que moram sozinhos ou com os irmãos e amigos e geralmente têm um conhecimento muito superficial do islamismo. Nesse sentido, a islamização não seria a causa da radicalização, mas sim uma escolha feita por pessoas já radicalizadas. Diferentemente de Kepel, Roy enxerga não um ódio à sociedade ocidental, mas um ódio a qualquer sociedade. Ele traça um paralelo com o

atentado de Columbine, nos Estados Unidos, no qual não houve motivação religiosa, e lembra que há muitos ataques terroristas também nos próprios países islâmicos, como no Paquistão, no Afeganistão e até mesmo na Arábia Saudita. Destaca que a maioria dos terroristas espera morrer, ou no próprio ataque suicida ou em confronto com a polícia, imediatamente após o atentado. A motivação, portanto, seria simplesmente o ódio e a busca por uma estética narcisista da morte.

A reação francesa, vocalizada pelo presidente Emmanuel Macron, vai na direção de endurecer as medidas contra o que ele identifica como sendo um separatismo islâmico crescente no país. Além do reforço de ações na área de segurança, há um projeto de lei em preparação que buscará reforçar o laicismo e consolidar os princípios republicanos na França, aumentar o controle sobre o financiamento das mesquitas e proibir que os imãs se formem no exterior. O anúncio dessas medidas causou forte descontentamento na comunidade islâmica e severas críticas do presidente turco, Recep Erdogan, que declarou que Macron deveria passar por um “exame de saúde mental” pela forma como trata os muçulmanos.

É evidente que todo esse ambiente acirra as tensões sociais na França e serve de fermento para radicalismos de vários espectros ideológicos. A paz social está cada vez mais ameaçada e me parece que o primeiro objetivo para alcançá-la deveria ser o de se identificar corretamente as causas do problema.

PADACEME – 02/2017

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de janeiro de 2021

Texto